



## Uma visão Atlântica e Urbana do futuro da Europa

### *Assembleia Geral da Conferência das Cidades do Arco Atlântico*

Declaração final – 29 de abril de 2017

Viana do Castelo

Após um mês de março de 2017 de luzes e sombras para o projeto europeu, as cidades do Arco Atlântico, reunidas em Assembleia Geral na cidade de Viana do Castelo, querem fazer chegar a sua opinião e expectativas às instituições europeias e às autoridades locais e regionais de ambos lados do Atlântico.

Para o efeito, lembram que a Conferência das Cidades do Arco Atlântico foi criada no ano de 2000 com o objetivo de desenvolver um espaço de solidariedade e de projetos entre as autoridades locais do Arco Atlântico. Hoje, graças aos seus 20 membros, esta rede representa cerca de 400 autoridades locais nas regiões do Atlântico Europeu.

#### **Cooperação entre as Cidades Atlânticas**

Num momento em que os interesses individuais parecem prevalecer sobre os coletivos, as Cidades Atlânticas querem lembrar que a solidariedade é a base do projeto europeu e o motor da política internacional. Este Fórum Urbano Atlântico lembra, também, que o nível local é o mais pertinente para afirmar os laços entre os povos. Assim, as Cidades Atlânticas propõem:

1. Um reforço da cooperação bilateral e de rede com as Cidades Atlânticas Britânicas, quer através de geminações, quer através de projetos comuns, sem esquecer o efeito multiplicador das associações locais como LGA, WLGA ou *Scottish Local Authorities*.
2. Melhorar a visibilidade e a eficácia das cooperações com as cidades das outras margens do Atlântico, através de ações multilaterais, em coerência com os princípios das suas cartas fundadoras.
3. Aumentar a coesão territorial favorecendo os intercâmbios e as sinergias entre as autoridades locais que compõem a rede, com uma ênfase especial nas relações urbano-rurais, a dinâmica costa-interior e as cooperações marítimas.

#### **Cultura e cidadania**

As cidades atlânticas querem expressar a sua preocupação pela crescente separação entre as mensagens do Conselho e da Comissão Europeia e as expectativas dos cidadãos. Da mesma forma, no âmbito dos preparativos de 2018 como Ano Europeu do Património Cultural, as Cidades Atlânticas fazem seus os princípios deste evento. Assim, querem destacar:

4. A importância fundamental de levar o projeto europeu para novas aplicações do princípio da subsidiariedade, onde a dimensão territorial e a participação dos cidadãos tenham ecos realistas, exequíveis e realizados na política europeia.
5. A necessidade de promover e fortalecer a Iniciativa Cidadã Europeia, de forma a converte-la numa das bases da decisão comunitária.

6. A transcendência dos valores comuns europeus e a sua reflexão sobre o património cultural, tangível e intangível. Esta transcendência deve inspirar o novo projeto europeu e facilitar a identificação dos cidadãos com o mesmo.
7. A excelência do património Atlântico como um exemplo de solidariedade entre os povos, de criatividade geradora de riqueza e de “chão comum” para o desenvolvimento territorial.

### **Regeneração urbana e portuária**

As Cidades Atlânticas congratulam-se com a Opinião do Comité das Regiões e manifestam a sua intenção de participar na sua aplicação prática. Nesse sentido, querem destacar:

8. A ausência de continuidade territorial real nas redes de transporte existentes e em curso no Arco Atlântico. As novas redes Atlânticas de transporte devem considerar os portos e as cidades marítimas e de interior como nós macrorregionais.
9. A importância de compreender a cidade como um conjunto económico e social que determina a vida dos habitantes. Este princípio aplica-se igualmente para as relações porto-cidade e, portanto, ambas enteléquias não devem trabalhar separadamente.
10. A necessidade de trabalhar numa base de continuidade política e estratégica, onde as três dimensões de coesão (económica, social e territorial) estejam combinadas, e onde também as cidades exerçam um poder real, emanado da sua legitimidade política.

### **Brexit e princípio de subsidiariedade**

As Cidades Atlânticas querem lembrar às instituições europeias que o artigo 5.º do TUE obriga incluir, de forma ativa, nas políticas que afetem os territórios, às instituições em causa. No caso do Brexit, o Conselho Europeu não deve esquecer o papel das autoridades locais e regionais, nem a influência sobre os espaços de cooperação como o Arco Atlântico.

Igualmente, as Cidades Atlânticas querem insistir na necessidade de uma negociação que meça o impacto real das mudanças a ocorrerem, e realizada da forma mais transparente possível e que defenda os interesses reais dos cidadãos.

## **Conclusões: Uma visão Atlântica do futuro da União Europeia:**

Assim, em conclusão dos debates e intercâmbios nesta Assembleia Geral, as Cidades Atlânticas querem apresentar a sua opinião relativamente aos princípios fundamentais que deveriam ser tidos em consideração no debate atual:

1. A União Europeia é **um projeto solidário**. Assim, as Cidades Atlânticas rejeitam qualquer veleidade com respeito ao desaparecimento da política de coesão ou de uma reforma que a deixe desprovida de sentido.
2. Este princípio ganha força em relação à **cooperação territorial**, porque a Europa é um território de territórios, um espaço dinâmico que dá sentido ao projeto comunitário. Neste contexto, o Arco Atlântico liga a Europa com o mundo.
3. Europa é um continente **urbano**. Os primeiros vislumbres de reconhecimento na Agenda Urbana não são suficientes. A Agenda deve tornar-se um instrumento muito mais inclusivo, onde todas as cidades europeias estejam realmente representadas e onde exista **um organismo urbano Europeu** que funcione como câmara de ressonância, em conformidade com o princípio da subsidiariedade.
4. Europa é **um projeto cidadão** e, como tal, deve dar o peso necessário aos instrumentos de expressão dos seus habitantes, tais como a Iniciativa Cidadã Europeia ou o Parlamento Europeu.
5. A base do projeto europeu é **a sua cultura comum e diversificada**. O Ano Europeu do Património não deveria ser limitado a festivais e prêmios, mas sim representar um verdadeiro passo em frente no desenvolvimento dos valores e bens culturais europeus como base da estratégia política, o diálogo cidadão e a imagem no mundo.
6. Europa é **azul**. O mar é um dos fundamentos do desenvolvimento sustentável do Velho Continente e esse estatuto deve ser reconhecido não só nos resultados do Livro Branco, mas também numa **Agenda Marítima Europeia** que atribua à política marítima a categoria que merece entre as políticas comunitárias.
7. Europa é **verde**. As cidades Europeias e, à frente, as Atlânticas, são as melhor posicionadas para lutar contra a mudança climática e para aplicar os princípios das convenções internacionais e europeias. Esta dimensão é uma condição *sine qua non* para o futuro.